

**A. I. N°** - 276473.0902/09-0  
**AUTUADO** - CORCOVADO GRANITOS LTDA.  
**AUTUANTE** - ROSAMARIA BARREIROS FERNANDEZ  
**ORIGEM** - INFRAZ TEIXEIRA DE FREITAS  
**INTERNET** - 12.05.10

#### 4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

##### ACÓRDÃO JJF N° 0116-04/10

**EMENTA:** ICMS. 1. DIFERENÇA DE ALÍQUOTAS. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS. **a)** MATERIAL DE CONSUMO. FALTA DE PAGAMENTO. **b)** BENS DESTINADOS AO ATIVO FIXO. FALTA DE PAGAMENTO. A base de cálculo do ICMS, para efeito do pagamento da diferença de alíquotas, é o valor da operação ou prestação na unidade federada de origem, constante no documento fiscal, e o imposto a ser pago será o valor resultante da aplicação, sobre essa base de cálculo, do percentual equivalente à diferença entre a alíquota prevista para as operações ou prestações internas neste Estado, segundo a espécie de mercadoria, e a alíquota interestadual prevista na legislação da unidade da Federação de origem. Não é razoável, nem legal, em função de o fornecedor ser optante do Simples Nacional, exigir o diferencial desconsiderando-se a alíquota interestadual prevista na legislação da unidade da Federação de origem. Isso porque não foi essa a intenção do legislador responsável pelos comandos normativos que regem a situação. Também pelo fato de que configuraria apropriação indevida, pelo Estado da Bahia, de tributo a princípio devido ao Estado de origem, mas que foi renunciado através da sistemática de apuração do Simples Nacional. Infração 01 parcialmente elidida e infração 02 caracterizada. 2. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. MATERIAL DE CONSUMO. Ilícito fiscal não impugnado pelo sujeito passivo. Infração mantida. Auto de infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

#### RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide foi lavrado em 28/09/2009 e exige ICMS no valor de R\$ 30.481,26, acrescido de multas, em razão de terem sido constatadas as seguintes irregularidades:

- 1- Falta de recolhimento decorrente da diferença entre as alíquotas internas e as interestaduais, nas aquisições de mercadorias adquiridas em outras unidades da Federação e destinadas ao consumo do estabelecimento. Valor exigido de R\$ 23.628,79 e multa de 60%, prevista no art. 42, II, “F”, da Lei nº 7.014/96.
- 2- Falta de recolhimento decorrente da diferença entre as alíquotas internas e as interestaduais, nas aquisições de mercadorias adquiridas em outras unidades da Federação e destinadas ao ativo fixo do próprio estabelecimento. Valor exigido de R\$ 504,00 e multa de 60%, prevista no art. 42, II, “F”, da Lei nº 7.014/96.
- 3- Utilização indevida de crédito fiscal relativo ao material destinado ao uso e consumo do estabelecimento. Valor exigido de R\$ 6.348,47 e multa de 60%, Lei nº 7.014/96.

O sujeito passivo ingressa com impugnação às fls. 207 a 211.

Após aduzir a tempestividade do recurso e elaborar uma síntese das duas primeiras infrações, afirma que é devido ao Estado apenas “a diferença entre a alíquota prevista e a alíquota interestadual, pago nos seus respectivos vencimentos conforme constam cópias de DAE’s em anexo” (sic).

Diz reconhecer como devida parte das infrações constantes do lançamento de ofício, tendo inclusive ingressado com pedido de parcelamento, através do processo 164089/2009-9 (número informado pelo contribuinte).

Inconformado com a autuação referente ao diferencial de alíquotas de operações interestaduais realizadas junto a fornecedores optantes do Simples Nacional, cita o Parecer DITRI / GECOT 11293/2008, de 1º de julho de 2008, e transcreve o art. 69, parágrafo único, I, “a” do RICMS/BA, para argumentar que agiu de acordo com os ditames da legislação fiscal.

Ressalta ainda que pagou o quanto devido referente às diferenças de alíquotas nas datas de vencimento, conforme documentos de arrecadação estadual, cópias do livro Registro de Apuração e cópias de notas fiscais das operações de aquisição de materiais de uso, consumo ou ativo fixo junto a sociedades empresárias optantes do Simples Nacional.

Requer o provimento do “recurso” para afastar a cobrança que entende não ser devida.

Na informação fiscal de fls. 379 e 380, a autuante afirma que, de acordo com o art. 69, parágrafo único, I, “a” do RICMS/BA, não se pode estabelecer o mesmo método de cálculo convencional das diferenças de alíquotas (17% - 07% ou 12%) quando as operações de aquisição interestadual de material destinado ao consumo ou ao ativo fixo ocorrem junto a empresas optantes do Simples Nacional. Isso porque o crédito é vedado por imposição legal, já que a Lei criadora do mencionado Regime proibiu o destaque do imposto, sendo o seu método de apuração diferenciado.

Requer a procedência do Auto de Infração.

Em 08 de janeiro de 2010, o relator desse processo recebeu da Coordenação de Administração do CONSEF o PAF número 156434/2009-1, para apensar ao Auto de Infração, onde resta comprovado o pagamento de parte da quantia lançada.

## VOTO

Primeiramente, é importante registrar que a infração 03 não foi impugnada. Assim, com supedâneo no art. 140 do RPAF/99, a mesma não terá o seu mérito apreciado neste julgamento. Infração mantida.

A controvérsia relativa às duas primeiras infrações se dá em virtude de o contribuinte autuado, ao contrário da autuante, entender que o cálculo das diferenças de alíquotas – quando as operações de aquisições interestaduais de materiais destinados ao uso e consumo ou ativo fixo ocorrem junto a sociedades empresárias optantes do Simples Nacional -, deve ser efetuado com a consideração do valor relativo à alíquota normalmente aplicada na unidade federada de origem: 07% nos estados do Sul e Sudeste, exceto o Espírito Santo, e 12% nos demais. A autuante concebe que, nesse caso, nenhuma quantia deve ser levada em conta a título de alíquota interestadual.

Juntou, inclusive, o sujeito passivo, à fl. 235, o mencionado Parecer da DITRI/GECOT, número 11293/2008, de 1º de julho de 2008. A pergunta efetuada à parecerista foi:

*“qual a base legal que diz que uma empresa normal que adquire algum produto de uma empresa optante do Simples Nacional, situada em outro estado, deverá pagar o diferencial de alíquota”?*

A resposta foi no sentido de que a requerida base é o art. 69, parágrafo único, I, “a” do RICMS/BA.

O supracitado comando regulamentar estabelece que é devido o pagamento se, no documento fiscal de origem, não houver o destaque do imposto por erro ou omissão, bem como em virtude de não-incidência ou de isenção reconhecidas ou concedidas ser unidade federada de origem, sendo que, para o cálculo da diferen

alíquota interna deste Estado com a alíquota prevista na legislação da unidade federada de origem para as operações ou prestações interestaduais.

O caput do artigo regulamentar em comento determina que a base de cálculo do ICMS, para efeito do pagamento da diferença de alíquotas, é o valor da operação ou prestação na unidade federada de origem, e o imposto a ser pago será o valor resultante da aplicação, sobre essa base de cálculo, do percentual equivalente à diferença entre a alíquota prevista para as operações ou prestações internas neste Estado, segundo a espécie de mercadoria, e a alíquota interestadual prevista na legislação da unidade da Federação de origem.

Entendo, assim como a parecerista, que não é razoável, nem legal, em função de o fornecedor de outra unidade federada ser optante do Simples Nacional, exigir o diferencial desconsiderando-se o valor relativo à alíquota interestadual prevista na legislação da unidade da Federação de origem. Isso porque não foi essa a intenção do legislador responsável pelos comandos normativos que regem a situação em comento. Também pelo fato de que configuraria apropriação indevida, pelo Estado da Bahia, de ICMS a princípio devido ao Estado de origem, mas que foi renunciado através da sistemática de apuração do Simples Nacional.

Infração 01 parcialmente elidida, para o montante de R\$ 10.942,91, de acordo com o levantamento de fl. 227, elaborado pelo sujeito passivo.

Consoante o mencionado demonstrativo, o autuado reconheceu a infração 02, no total de R\$ 504,00, tendo inclusive pedido o parcelamento do débito relativo à mesma. Infração 02 caracterizada.

Assim, acato o demonstrativo de fl. 227 (com suporte nos levantamentos de fls. 236 e 237), elaborado pelo sujeito passivo, e voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração, no valor de R\$ 17.795,38, sendo que os valores já pagos devem ser homologados.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **276473.0902/09-0**, lavrado contra **CORCOVADO GRANITOS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 17.795,38**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “f” e VI, “a” da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo ser homologado os valores já pagos.

Sala das Sessões do CONSEF, 04 de maio de 2010.

EDUARDO RAMOS DE SANTANA – PRESIDENTE

PAULO DANILO REIS LOPES – RELATOR

FRANCISCO ATANÁSIO DE SANTANA - JULGADOR